

Estados já devem à União R\$ 86,5 bilhões

Diário Público 12 JUL 1996 ESTADO DE SÃO PAULO

Aumenta romaria de governadores ao gabinete do ministro da Fazenda em busca de socorro

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA — Sem dinheiro para honrar a folha de pagamento ou comprar material básico, os Estados brasileiros ainda devem um total de R\$ 86,5 bilhões à União. O problema está recebendo vários tipos de tratamento do governo federal, porém todas as soluções têm um ponto em comum: o socorro é dado em troca de corte nas despesas e aumento das receitas. Nos últimos meses, a Secretaria do Tesouro Nacional montou uma estrutura para acompanhar os ajustes de contas dos governos estaduais.

Nos últimos dias, aumentou a romaria de políticos ao gabinete do ministro da Fazenda, Pedro Malan. Estiveram com ele esta semana os governadores do Rio, Marcello Alencar, do Espírito Santo, Vitor Buaiç, e de Mato Grosso, Dante de Oliveira, além de vários deputados. O movimento tem explicação: em julho, os Estados deveriam pagar a primeira parcela do empréstimo de emergência que tomaram da Caixa Econômica Federal (CEF) em março, num total de R\$ 2 bilhões. Os recursos para o pagamento deveriam vir da venda de estatais e da demissão de funcionários, medidas que os governos estaduais acabaram não tomando.

Adiamento — Por essa razão, nesta semana o governo federal adiou por mais 90 dias o pagamento da primeira parcela dos empréstimos, medida que foi considerada uma moratória. Na verdade, a medida é rigorosa, pois só beneficia Estados que já têm lei aprovada na Assembleia Legislativa autorizando a venda de estatais. Quem não tem permissão para privatizar não pode adiar o paga-

A SITUAÇÃO DE CADA UM

Os dados mais atualizados sobre a dívida dos Estados — em milhões de R\$

Estado	Em títulos	Em contrato	Operações ARO	Externa	Total
Acre	0	404	0	0	404
Alagoas	354	461	50	20	885
Amazonas	0	792	0	193	985
Bahia	647	2.759	0	179	3.585
Ceará	85	1.178	0	264	1.527
Distrito Federal	0	619	0	66	685
Espírito Santo	107	577	43	51	778
Goiás	615	3.591	0	31	4.237
Maranhão	0	2.138	0	0	2.139
Mato Grosso	158	1.952	62	0	2.172
Mato Grosso do Sul	240	1.340	43	0	1.623
Minas Gerais	7.693	2.589	347	781	11.410
Pará	0	777	27	66	870
Paraíba	48	1.075	14	136	1.273
Paraná	342	1.158	0	630	2.128
Pernambuco	0	1.150	0	108	1.258
Piauí	0	897	19	89	1.005
Rio Grande do Norte	0	691	0	0	691
Rio Grande do Sul	5.738	1.305	126	168	7.337
Rio de Janeiro	5.204	2.222	3	36	7.465
Rondônia	0	0	3	0	3
Santa Catarina	721	1.568	151	210	2.650
São Paulo	16.323	14.216	0	251	30.790
Sergipe	172	329	0	18	519
Tocantins	0	100	0	22	122

Fonte: Banco Central

mento. São poucos os que têm a lei: Mato Grosso, São Paulo, Rio, Mato Grosso do Sul, Piauí, Bahia e Goiás. São Paulo não tomou o empréstimo.

Para socorrer os demais Estados, o governo federal autorizou a CEF a comprar dívidas que assumiram com bancos dando como garantia a arrecadação de impostos futura — as antecipações de receita orçamentária (ARO). São empréstimos caros, que custam na média 4,5% ao

mês. Os Estados poderão transferir para a Caixa e pagarão 2,24% ao mês. A única condição é ter uma avaliação positiva do Tesouro Nacional, ou seja, deverão estar fazendo esforços para ajustar suas contas.

Os pagamentos dos empréstimos de emergência e dos financiamentos da CEF para habitação e saneamento consomem às vezes mais de 20% das receitas dos Estados. O problema é que, em média, 70% da arrecadação

está comprometida com pagamento de pessoal. Mas esses empréstimos vêm sendo pagos em dia, pois o governo federal debita o valor do dinheiro que repassaria por meio do Fundo de Participação dos Estados. As dívidas em títulos (ou dívida mobiliária), porém, não são quitadas desde o governo Itamar Franco. A equipe econômica do governo pensa em federalizar e parcelar seu pagamento em até 30 anos.

